

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	21
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	52
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	53

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	197.619	187.249
1.01	Ativo Circulante	151.374	130.104
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	123.779	110.042
1.01.01.01	Caixa Geral	344	628
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	2.596	5.603
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	120.839	103.811
1.01.03	Contas a Receber	15.971	15.284
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.971	15.284
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	543	108
1.01.03.02.03	Créditos a Receber	14.489	14.708
1.01.03.02.04	Adiantamento a Fornecedores	939	468
1.01.04	Estoques	1.161	1.380
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.002	1.585
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.461	1.813
1.01.08.03	Outros	9.461	1.813
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	727	759
1.01.08.03.02	Indenizações a Receber	8.734	0
1.01.08.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.054
1.02	Ativo Não Circulante	46.245	57.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.659	7.169
1.02.01.04	Contas a Receber	1.545	1.520
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.545	1.520
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.172	1.707
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.172	1.707
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.942	3.942
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.336	1.336
1.02.01.10.04	Indenizações a Receber	2.606	2.606
1.02.03	Imobilizado	2.452	3.468
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	684	777
1.02.03.01.01	Imobilizado	619	700
1.02.03.01.02	Estoque para Imobilizações	65	77
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.768	2.691
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	1.768	2.691
1.02.04	Intangível	36.134	46.508
1.02.04.01	Intangíveis	36.134	46.508
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	36.066	46.394
1.02.04.01.02	Estoque para Imobilizações	68	114

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	197.619	187.249
2.01	Passivo Circulante	38.467	33.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.056	4.609
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.056	4.609
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	5.056	4.609
2.01.02	Fornecedores	1.710	2.473
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.710	2.473
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.195	7.303
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	922	5.965
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	4.999
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	922	966
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	4
2.01.03.02.01	ICMS	0	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.273	1.334
2.01.03.03.01	ISS	1.273	1.334
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.940	14.082
2.01.04.02	Debêntures	22.940	14.082
2.01.04.02.01	Remuneração a pagar a debenturistas	15.272	6.414
2.01.04.02.02	Instrumentos Financeiros	7.668	7.668
2.01.05	Outras Obrigações	4.093	4.716
2.01.05.02	Outros	4.093	4.716
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a Pagar	27	0
2.01.05.02.05	Retenções Contratuais a Pagar	622	463
2.01.05.02.06	Obrigações Para Direito da Concessão	397	397
2.01.05.02.07	Receita Diferida	534	906
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	702	460
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	1.805	2.484
2.01.06	Provisões	2.473	294
2.01.06.02	Outras Provisões	2.473	294
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	185	294
2.01.06.02.05	Impostos Diferidos	2.288	0
2.02	Passivo Não Circulante	8.994	7.628
2.02.04	Provisões	8.994	7.628
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.994	7.628
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	788	456
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	105	172
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	8.101	7.000
2.03	Patrimônio Líquido	150.158	146.144
2.03.01	Capital Social Realizado	99.400	99.400
2.03.02	Reservas de Capital	0	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	0	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	40.139	43.148
2.03.04.01	Reserva Legal	5.449	5.449
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	12.287

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	34.690	25.412
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.619	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	61.723	66.078
3.01.01	Receita de Serviços	62.817	61.410
3.01.02	Receita Extraordinária	421	334
3.01.03	Receita de Construções	4.700	10.350
3.01.04	Abatimentos	-815	-739
3.01.05	PIS	-406	-397
3.01.06	COFINS	-1.873	-1.830
3.01.07	ISS	-3.121	-3.050
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.040	-30.961
3.02.01	Custos dos Serviços	-30.340	-20.611
3.02.02	Custos de Construções	-4.700	-10.350
3.03	Resultado Bruto	26.683	35.117
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	684	-5.629
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.127	-4.237
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.127	-4.237
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.374	0
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	9.374	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.563	-1.392
3.04.05.01	Depreciação	-106	-177
3.04.05.02	Depreciação de Arrendamento	-885	-187
3.04.05.03	Outros	-39	0
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-533	-1.028
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.367	29.488
3.06	Resultado Financeiro	-10.773	-1.424
3.06.01	Receitas Financeiras	2.823	509
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.823	509
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.596	-1.933
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-202	10.665
3.06.02.02	Despesa Financeira de Arrendamento	0	-182
3.06.02.03	Remuneração Debenturistas	-13.394	-12.416
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.594	28.064
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.975	-7.817
3.08.01	Corrente	-3.097	-5.992
3.08.02	Diferido	-2.878	-1.825
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.619	20.247
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.619	20.247
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	129,4257	246,82298
3.99.01.02	ON	117,70435	224,38452
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	109,74427	205,46751
3.99.02.02	ON	99,76752	186,76815

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	10.619	20.247
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.619	20.247

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.356	34.281
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.434	37.263
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.594	28.064
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	16.150	8.090
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	39	0
6.01.01.04	Provisão para Contingências	1.513	161
6.01.01.05	Reversão de Contingências	-147	-384
6.01.01.06	Recapamento	0	386
6.01.01.07	Reversão Recapamento	-109	-646
6.01.01.08	Juros e Encargos Financeiros	0	-1
6.01.01.09	Encargos Debêntures	13.394	12.416
6.01.01.10	Despesa Financeira Debêntures	0	-10.823
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.078	-2.982
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	583	-3.281
6.01.02.02	Créditos a Receber	219	1.643
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedor	-471	-5
6.01.02.04	Estoques	219	-44
6.01.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	0	-399
6.01.02.06	Impostos a Recuperar	-165	253
6.01.02.07	Outros Circulantes	-8.727	-98
6.01.02.08	Salários, Provisões e Contribuições	431	807
6.01.02.09	Fornecedores	-763	537
6.01.02.10	Impostos a Recolher	-109	-325
6.01.02.11	Participação nos Lucros e Resultados	16	-17
6.01.02.12	Outras Obrigações a Pagar	55	74
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.366	-2.127
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.799	-15.430
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-4.799	-15.430
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.820	-956
6.03.01	Empréstimos Pagos a Terceiros	0	-1.365
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-6.605	-2.379
6.03.03	Encargos Financeiros Pagos a Terceiros	0	-18
6.03.04	Contratos de Arrendamento	-679	4.440
6.03.05	Obrigações a Investidores	-4.536	-1.634
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.737	17.895
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.042	95.227
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	123.779	113.122

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.400	3.596	43.148	0	0	146.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.596	-6.605	3.596	0	-6.605
5.04.01	Aumentos de Capital	3.596	-3.596	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	-3.596	0	-6.605	3.596	0	-6.605
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.619	0	10.619
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.619	0	10.619
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-12.287	12.287	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-12.287	12.287	0	0
5.07	Saldos Finais	99.400	0	24.256	26.502	0	150.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	99.400	3.596	33.494	0	0	136.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.379	0	0	-2.379
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.379	0	0	-2.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.247	0	20.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.247	0	20.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	99.400	3.596	31.115	20.247	0	154.358

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	76.457	71.355
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	62.002	60.671
7.01.02	Outras Receitas	14.455	10.684
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	421	334
7.01.02.02	Receitas de Construções	4.700	10.350
7.01.02.03	Outras	9.334	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.157	-21.805
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.786	-1.697
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.671	-9.758
7.02.04	Outros	-4.700	-10.350
7.02.04.01	Custos de Construções	-4.700	-10.350
7.03	Valor Adicionado Bruto	55.300	49.550
7.04	Retenções	-16.112	-8.039
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.112	-8.039
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	39.188	41.511
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.823	509
7.06.02	Receitas Financeiras	2.823	509
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	42.011	42.020
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	42.011	42.020
7.08.01	Pessoal	5.422	5.507
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.508	3.310
7.08.01.02	Benefícios	1.118	785
7.08.01.03	F.G.T.S.	263	384
7.08.01.04	Outros	533	1.028
7.08.01.04.01	Participação de Empregados	533	1.028
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.461	14.263
7.08.02.01	Federais	9.267	10.810
7.08.02.02	Estaduais	0	403
7.08.02.03	Municipais	3.194	3.050
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.509	2.003
7.08.03.01	Juros	70	-10.507
7.08.03.02	Aluguéis	45	94
7.08.03.03	Outras	13.394	12.416
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	13.394	12.416
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.619	20.247
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.619	20.247

Comentário do Desempenho

Aos Acionistas, Investidores e Público em Geral

Apresentamos a seguir o relatório de desempenho referente às Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do Período

- Tráfego**

Apesar do cenário econômico de inflação acima da meta, dólar e juros em alta e falta de insumos para a produção industrial, o número de veículos equivalentes¹ pedagiados (VEP's), apresentou crescimento de 5,0% em relação ao mesmo período de 2021.

- Receita Líquida Ajustada**

Impulsionada pelo crescimento do tráfego e pelo Reconhecimento da receita de reequilíbrio em função do menor tráfego realizado quando comparado com o 5º aditivo do contrato de concessão, no valor de R\$ 8,7M.

- EBITDA Ajustado**

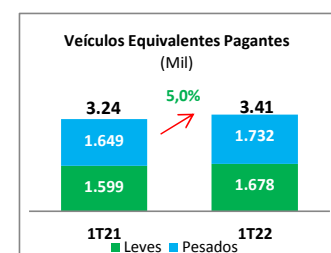
O EBITDA ajustado ficou 22,1% acima do registrado no primeiro trimestre de 2021. O crescimento do EBITDA ajustado foi impulsionado pela maior receita líquida ajustada.

Desempenho econômico-financeiro

Desempenho Operacional

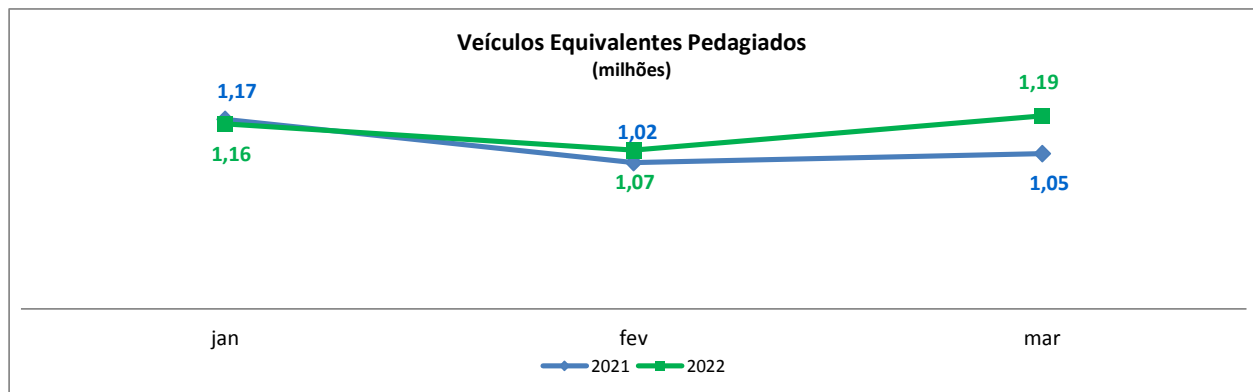
Volume de Tráfego - mil	1T22	1T21	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	3.410	3.248	5,0%
Leves	1.678	1.599	4,9%
Pesados	1.732	1.649	5,0%

Foram pedagiados no 1T22 3,4 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 162 mil VEP's (+5,0%) em relação ao 1T21. Os veículos pesados apresentaram crescimento de 83 mil VEP's (+5,0%), reflexo do pequeno crescimento econômico. Os veículos leves superaram o 1T21 em 79 mil VEP's (+4,9%) em função da flexibilização das medidas de distanciamento social adotadas por estados e municípios e pelo retorno ao trabalho presencial,



¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

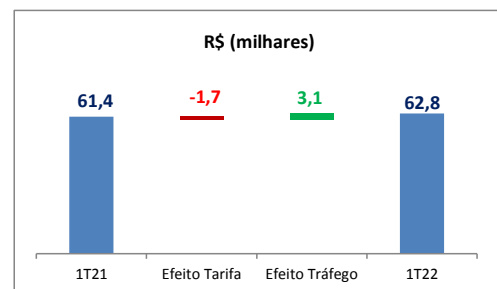


Receita Operacional

R\$ mil	1T22	1T21	Δ%
Receita Líquida	71.097	66.078	7,6%
Receitas de Pedágio	62.817	61.410	2,3%
Outras Receitas	9.795	334	2828,7%
Receita de Construção (IFRS)	4.700	10.350	-54,6%
Deduções da Receita	(6.215)	(6.016)	3,3%
Receita Líquida Ajustada¹	66.397	55.728	19,1%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

- **Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio no 1T22 foi de R\$ 62,8M, o que representou um aumento de R\$ 1,4M (+2,3%) em relação ao 1T21. Como já destacado, o crescimento deve-se ao maior número de veículos pedagiados, que foi compensado parcialmente pela redução da tarifa básica de pedágio de R\$ 19,30 para R\$ 18,80 conforme estabelecido no 5º aditivo do contrato de concessão.



- **Outras Receitas** – As Outras Receitas somaram R\$ 9,8M no 1T22 devido ao reconhecimento da receita de reequilíbrio, em função do menor tráfego realizado quando comparado ao previsto no 5º aditivo, no valor de R\$ 8,7M e a venda de imobilizado no valor de R\$ 640.
- **Receita da Construção** - Foi apurada como receita de construção (IFRS) R\$ 4,7M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.
- **Deduções da Receita** – No 1T22 foram concedidos aos moradores de Magé R\$ 815 a título

Comentário do Desempenho

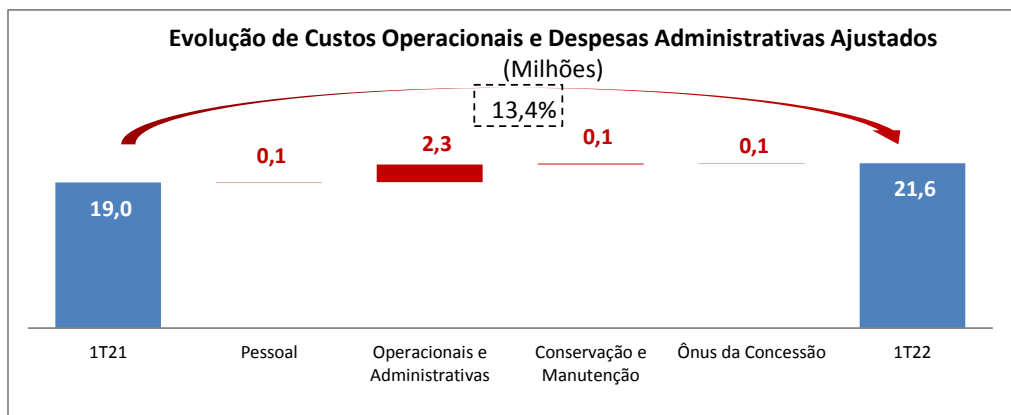
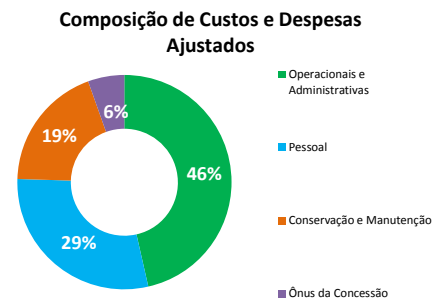
de desconto, conforme acordo homologado pela justiça federal de Magé, tendo como partes a CRT e a Prefeitura de Magé, com anuência da ANTT e ciência do MPF de Magé.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

R\$ mil	1T22	1T21	Δ%
Custos e Despesas	43.730	36.590	19,5%
Pessoal	6.261	6.204	0,9%
Operacionais e Administrativas	10.005	7.736	29,3%
Conservação e Manutenção	4.096	3.978	3,0%
Ônus da Concessão	1.190	1.092	9,0%
Constituição de Provisões	1.513	161	842,3%
Reversão de Provisões	-147	-969	-84,8%
Custo da Construção (IFRS)	4.700	10.350	-54,6%
Depreciações e Amortizações	16.112	8.039	100,4%
Custos e Despesas Ajustados¹	21.552	19.010	13,4%

¹Exclui Custo de Construção, Provisões, Depreciações e Amortizações

Os Custos Operacionais/Despesas administrativas ajustados totalizaram R\$ 21,6M, ficando acima dos custos registrados no 1T21 em R\$ 2,5M (+13,4%). Dentre as principais variações destacamos: **Operacionais e Administrativas** – aumento de R\$ 2,3M (+29,3%), devido aos custos com contenção de encostas (sinistros) que superaram o 1T21 em R\$ 2,1M; **Conservação e Manutenção** – Crescimento de R\$ 118 (+3,0%). O aumento deve-se a reajustes contratuais; **Ônus da Concessão** – aumento de R\$ 98 mil (+9,0%) devido a correção da taxa de fiscalização pelo IPCA.



Depreciação e Amortização: Com a assinatura do quinto aditivo ao contrato de concessão o cálculo das amortizações foi revisado considerando o término da concessão em 21/09/2022.

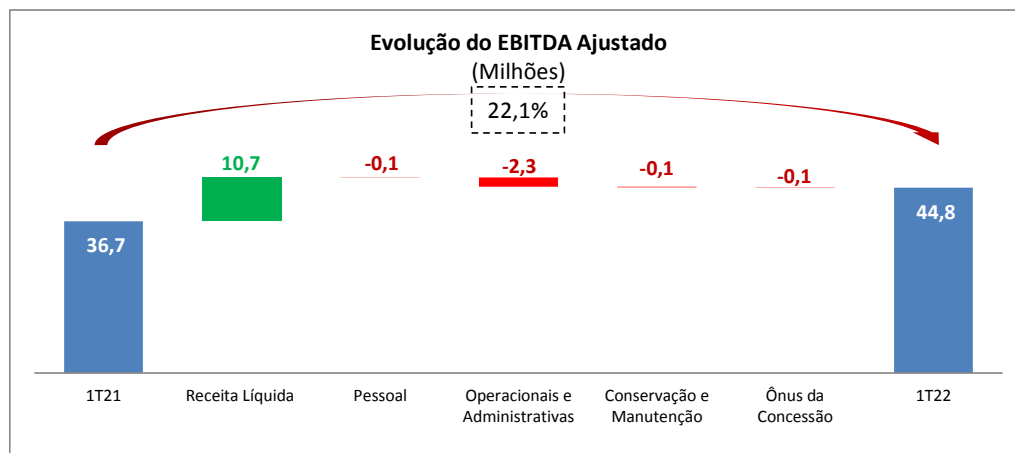
Comentário do Desempenho

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA Ajustados	1T22	1T21	Δ%
Receita Líquida Ajustada ¹	66.397	55.728	19,1%
Pessoal	(6.261)	(6.204)	0,9%
Operacionais e Administrativas	(10.005)	(7.736)	29,3%
Conservação e Manutenção	(4.096)	(3.978)	3,0%
Ônus da Concessão	(1.190)	(1.092)	9,0%
EBITDA Ajustado	44.845	36.717	22,1%
Margem EBITDA Ajustada	67,5%	65,9%	1,7 p.p.

¹Exclui Receita de Construção e provisões

O EBITDA Ajustado do 1T22 totalizou R\$ 44,8M, crescimento de R\$ 8,1M (+22,1%) em relação ao 1T21. A Margem EBITDA Ajustada foi de 67,5% (+1,7 p.p.). O crescimento do EBITDA ajustado foi impulsionado pela maior receita líquida ajustada.



O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Comentário do Desempenho**Resultado Financeiro**

Resultado Financeiro - R\$ mil	1T22	1T21	Δ %
Receitas Financeiras	2.823	509	454,5%
Juros sobre Aplicações Financeira	2.818	504	459,4%
Variações Monetárias	0	5	-100,0%
Outros	5	0	1527,6%
Despesas Financeiras	(13.596)	(1.933)	603,3%
Remuneração das Debêntures	(13.394)	(12.417)	7,9%
Juros sobre Financiamentos	-	(6)	-100,0%
Variações Monetárias	-	10.823	-100,0%
Outros	(202)	(334)	-39,6%
Resultado Financeiro	(10.773)	(1.424)	656,7%

O resultado financeiro da companhia no 1T22 totalizou R\$ 10,8M de despesas financeiras líquidas, aumento de R\$ 9,3M (+656,7%) em relação ao 1T21, motivada pela reversão da AVP das debêntures (R\$ 10,8M) realizada no 1T21.

Comentário do Desempenho**Resultado do Período**

DESCRIÇÃO	1T22	1T21	Δ%
Veículos equivalentes	3.410	3.248	5,0 %
Receita operacional líquida	71.097	66.078	7,6 %
Receitas operacionais	62.817	61.410	2,3%
Abatimentos	(815)	(739)	10,3%
PIS, COFINS, ISS e outros	(5.400)	(5.277)	2,3%
Outras receitas	9.795	334	2832,6%
Receita de construção	4.700	10.350	-54,6%
Custos e despesas	(27.618)	(28.551)	-3,3 %
Custos e despesas	(20.362)	(17.919)	13,6%
Provisões diversas	(1.513)	(159)	851,6%
Reversões diversas	147	969	-84,8%
Ônus da concessão	(1.190)	(1.092)	9,0%
Custo de construção	(4.700)	(10.350)	-54,6%
EBITDA	43.479	37.527	15,9 %
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>61,15%</i>	<i>56,79%</i>	<i>4,36 p.p.</i>
Depreciações e amortizações ¹	(16.112)	(8.039)	100,4%
Despesas financeiras líquidas	(10.773)	(1.424)	656,5%
Lucro antes i. renda	16.594	28.064	-40,9 %
Imposto de renda/contribuição social	(5.975)	(7.817)	-23,6%
Lucro líquido	10.619	20.247	-47,6 %
Lucro líquido/receita líquida	14,94%	30,64%	-15,70 p.p.
Receita líquida ajustada²	66.397	55.728	19,1 %
EBITDA ajustado³	44.845	36.717	22,1 %
Margem EBITDA ajustada	67,5%	65,9%	1,6 p.p.

¹ Inclui R\$ 885 de arrendamento IFRS 16² Exclui receita de construção e provisões³ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

O Lucro Líquido no trimestre, por ação preferencial, atingiu R\$ 281,82 contra R\$ 537,34 no 1T21. Por ação ordinária, o valor foi de R\$ 217,66 contra R\$ 415,02 em 1T21.

Comentário do Desempenho

Reconciliação EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado	1T22	1T21	Δ%
Lucro líquido	10.619	20.247	-47,6%
Imposto de Renda e CSLL	5.975	7.817	-23,6%
Participações	13.394	12.417	7,9%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.621)	(10.993)	-76,2%
Depreciação e amortização	16.112	8.039	100,4%
Provisões Líquidas	1.366	(810)	-268,6%
EBITDA Ajustado¹	44.845	36.717	22,1%
Margem EBITDA Ajustada	67,5%	65,9%	1,6 p.p.

¹ Exclui Custo/Receita de Construção e provisões

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado do primeiro trimestre de 2022 totalizou R\$ 32.898 (Acionistas R\$ 19.504 e Debenturistas R\$ 13.394), calculado na base de 100% do resultado líquido após a constituição das reservas obrigatórias.

Disponibilidade e Endividamento

Endividamento R\$ mil	1T22	1T21	Δ%
Curto Prazo	22.940	14.294	60,5%
Empréstimos e Financiamento	-	-	0,0%
Debêntures	22.940	14.294	60,5%
Longo Prazo	-	7.668	0,0%
Empréstimos e Financiamento	-	-	0,0%
Debêntures	-	7.668	0,0%
Dívida Bruta	22.940	21.963	4,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	123.779	113.122	9,4%
Dívida Líquida	(100.839)	(91.160)	10,6%
EBITDA Ajustado LTM¹	156.399	134.804	16,0%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	-0,64	-0,68	-4,7%

¹ EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (last twelve months).

O saldo da dívida bruta em março/2022 ficou em R\$ 23M, uma redução de R\$ 978 (+4,5%) em relação ao saldo de março/2021, motivada pela maior apropriação das debêntures. O endividamento é totalmente composto pelas debêntures e a dívida tem vencimento no curto prazo.

Comentário do Desempenho

A relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado LTM do 1T22 apresentou o indicador de -0,64 contra -0,68 do 1T21.

A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	1T22	1T21	Δ%
Ampliação da Rodovia	1.714	4.537	-62%
Contenções de encostas	342	160	114%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	2.728	6.804	-60%
Total	4.784	11.501	-58%

Até março de 2022 foram investidos R\$ 4,7M, com destaque para obras de reconstrução do pavimento flexível.

Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O quinto aditivo abordou o atual desequilíbrio do contrato de concessão da CRT, devido à retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3 e que este continuará a ser discutido com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no curso deste aditivo.

A assinatura do Aditivo ao Contrato de Concessão da CRT ratifica a confiança ao longo destes 25 anos com a União Federal e ao seu compromisso com o desenvolvimento do programa de concessões no país.

Classificação de risco

A agência classificadora de riscos Fitch Ratings reafirmou em 22/07/2021 o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AAA(bra)', com perspectiva estável. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Recursos humanos

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2022 com o efetivo de 277 funcionários, maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2021, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008. A massoterapia e o programa de correção postural foram suspensos devido a pandemia e a ginástica laboral passou a ser realizada de forma online. Foram mantidos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como, a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

A CRT continua com medidas preventivas para minimizar os riscos de propagação da Covid, retomando aos poucos a rotina administrativa, tendo os funcionários retornado ao trabalho presencial em março.

Comentário do Desempenho

Responsabilidade social e ambiental

No trimestre não houve patrocínio de projetos sociais.

Na área ambiental, podemos destacar:

Programa de Educação Ambiental em escolas da região: Contratação de empresa terceirizada com o intuito de proporcionar um aprendizado de qualidade por meio de atividades lúdicas e interativas, que abordam as temáticas sobre os ecossistemas e educação no trânsito, contribuindo para o fortalecimento da educação ambiental regional. Estão sendo beneficiadas as turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II dos municípios de Guapimirim e Teresópolis.

Projeto Fauna Viva, que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Laboratório de Anatomia.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência desse tipo de acidente. Dessa forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução dessas ocorrências, como, por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis feridas ou em perigo no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio-Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de Caxias e atravessa os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

O trecho abriga uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, preguiça, cachorro do mato além de diversas aves. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões, e corujas de diversas espécies.

A seguir, demais projetos em andamento na área ambiental:

- ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
- ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
- ✓ Programa de Controle Ambiental;
- ✓ Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social;
- ✓ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- ✓ Programa de Controle e Gerenciamento de Resíduos.

A sustentabilidade também é uma prática constante na CRT. Pelo projeto de compostagem, as sobras de alimentos geradas no restaurante da empresa são transformadas em composto orgânico para utilizar no plantio e manutenção das espécies cultivadas no horto florestal. Essas espécies são utilizadas em plantios compensatórios e paisagísticos, e aplicadas como barreira antiofusante na rodovia.

Comentário do Desempenho

Audidores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado, não prestaram durante o trimestre findo em 31 de março de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22 de março de 1996, em 18 de março de 2021 foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão estendendo o prazo da concessão por 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de abril de 2022.

2. Apresentação das Informações Financeiras Intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR. As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 publicadas na imprensa oficial em 03 de março de 2022. Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

As informações financeiras nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

2.2 Principais políticas e uso de estimativa e julgamentos

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, declaramos que as políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2021)), exceto pelos efeitos da aplicação do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, destacada a seguir.

2.2.1 Efeitos da aplicação do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro - O Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão, vigente a partir de março de 2021, ocasionou a mudança de estimativa da vida útil dos ativos amortizáveis e de consumo dos futuros benefícios econômicos incorporados nesses ativos, devido a extensão do prazo da concessão por mais 18 meses (conforme nota explicativa 1). O efeito prospectivo de mudança na estimativa contábil foi reconhecido no resultado, neste período, como despesa e o seu reflexo em períodos futuros será igualmente reconhecido no resultado.

3. Contrato de Concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio-Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, sendo assinada sua prorrogação em 18 de março de 2021 por mais 18 meses, de acordo com os termos do art. 32 da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a Rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O quinto termo aditivo assinado em 18 de março de 2021 ao contrato de concessão, que estendeu o prazo do contrato de concessão pelo período de 18 (dezoito) meses também prevê a manutenção, operação e a conservação da rodovia, não havendo previsão para novos investimentos.

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Advocacia Geral da União emitiu parecer favorável à revisão dos contratos de concessão do setor de infraestrutura de transportes, permitindo a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, em função da pandemia do novo Coronavírus.

Notas Explicativas

Em 28 de julho de 2020, a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT publicou a Portaria nº 052, que visa instituir o grupo de trabalho, para acompanhar a metodologia de cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente dos efeitos extraordinários da pandemia do novo Coronavírus, sobre os contratos de concessão de exploração da infraestrutura rodoviária, geridos pela agência reguladora. A Companhia aguarda o posicionamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.03.2022	31.12.2021
<u>Caixa e Bancos:</u>	2.940	6.231
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Santander S.A.	8.692	20.507
Banco ABC Brasil S.A.	61.366	57.893
Banco Bradesco S.A	50.781	25.411
	<u>120.839</u>	<u>103.811</u>
Total	<u>123.779</u>	<u>110.042</u>

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 99% e 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a receber

	31.03.2022	31.12.2021
Pedágio eletrônico	13.670	14.046
Vale Pedágio	701	613
Outros	118	49
Total	<u>14.489</u>	<u>14.708</u>

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18 de setembro de 2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Notas Explicativas

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Veloe, Conectcar, Move Mais, Greenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de março de 2022, não havia valores significativos em atraso.

6. Estoques

	31.03.2022	31.12.2021
Almoxarifado	1.146	1.380
Matéria-prima	15	-
Total	1.161	1.380

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

7. Impostos, taxas e contribuições

a) Créditos tributários

	31.03.2022	31.12.2021
Imposto de Renda e Contribuição Social	529	94
IPTU	14	14
Circulante	543	108

b) Obrigações fiscais

	31.03.2022	31.12.2021
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	4.999
PIS e COFINS	910	943
ISS	1.273	1.334
ICMS	-	4
IRRF	12	23
Circulante	2.195	7.303

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31.03.2022			31.12.2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	44	16	60	71	26	97
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	-	-	-	1	-	1
IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento	465	168	633	707	255	962
Ativo circulante	509	184	693	779	281	1.060
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	8	4	12	2	1	3
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	-	-	-	2	1	3
IR e CSLL diferidos s/ Reequilíbrio	2.183	786	2.969	-	-	-
Passivo circulante	2.191	790	2.981	4	2	6
Imposto diferido líquido ativo/passivo	(1.682)	(606)	(2.288)	775	279	1.054

Os impostos diferidos anteriormente classificados no Não Circulante foram transferidos para o Circulante, no balanço patrimonial, em função das diferenças temporárias estarem intrinsecamente vinculadas ao Contrato de Concessão.

	31.03.2022			31.12.2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Não Circulante						
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.250	809	3.059	1.907	687	2.594
Ativo não circulante	2.250	809	3.059	1.907	687	2.594
Passivo						
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	652	235	887	652	235	887
Passivo não circulante	652	235	887	652	235	887
Imposto diferido líquido ativo	1.598	574	2.172	1.255	452	1.707

Notas Explicativasd) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31.03.2022	31.03.2021
Lucro antes da tributação	16.594	28.064
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(5.642)	(9.542)
Despesas não dedutíveis diversas	(84)	(431)
Exclusões permanentes diversas	3.035	323
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	(7)	157
IRPJ e CSLL s/ Reequilíbrio	(2.969)	-
IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento	(314)	1.670
Outros	6	6
IR e CS totais	(5.975)	(7.817)
Corrente	(3.097)	(5.992)
Diferido	(2.878)	(1.825)

8. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2021							
Saldo inicial líquido	728	316	134	188	56	144	1.566
Aquisições	-	-	-	-	-	52	52
Transferências	(260)	(223)	(8)	-	-	(111)	(602)
Baixas	(281)	(13)	(6)	-	-	(21)	(321)
Depreciação	(141)	(108)	(28)	(176)	(10)	(36)	(499)
Transferências	186	145	2	-	-	43	376
Baixas	183	12	4	-	-	6	205
Saldo contábil líquido	415	129	98	12	46	77	777
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	1.814	1.157	324	1.297	267	137	4.996
Depreciação acumulada	(1.399)	(1.028)	(226)	(1.285)	(221)	(60)	(4.219)
Saldo contábil líquido	415	129	98	12	46	77	777
Em 1º de janeiro de 2022							
Saldo inicial líquido	415	129	98	12	46	77	777
Aquisições	-	-	-	-	-	15	15
Transferências	9	27	1	-	-	(37)	-
Baixas	(738)	-	(4)	-	(35)	-	(777)
Depreciação	(2)	(2)	(7)	(9)	(3)	(47)	(70)
Transferências	(9)	(48)	-	-	-	57	-
Baixas	738	-	1	-	-	-	739
Saldo contábil líquido	413	106	89	3	8	65	684
Em 31 de março de 2022							
Custo	1.085	1.184	321	1.297	232	115	4.234
Depreciação acumulada	(672)	(1.078)	(232)	(1.294)	(224)	(50)	(3.550)
Saldo contábil líquido	413	106	89	3	8	65	684

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Notas Explicativas

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A vida útil dos itens utilizada na depreciação é como segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benefícios	25

8.1 Contratos de arrendamento

Identificamos R\$ 1.768 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e este valor está sendo reconhecido no balanço patrimonial como direito de uso de arrendamento. Em 31 de março de 2022, a Companhia provisionou o valor de R\$ 24 correspondente a pagamentos de arrendamento de curto prazo e baixo valor que são reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício.

	Veículos leves	Veículos pesados	Equipamentos	Total
Em 1º de janeiro de 2021				
Saldo inicial	114	666	-	780
Custo	814	4.118	24	4.956
Aquisições	-	-	-	-
Depreciação	(490)	(2.531)	(24)	(3.045)
Saldo contábil líquido	438	2.253	-	2.691
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	1.810	9.724	252	11.786
Depreciação acumulada	(1.372)	(7.471)	(252)	(9.095)
Saldo contábil líquido	438	2.253	-	2.691
Em 1º de janeiro de 2022				
Saldo inicial líquido	438	2.253	-	2.691
Depreciação	(150)	(773)	-	(923)
Saldo contábil líquido	288	1.480	-	1.768
Em 31 de março de 2022				
Custo	1.810	9.724	252	11.786
Depreciação acumulada	(1.522)	(8.244)	(252)	(10.018)
Saldo contábil líquido	288	1.480	-	1.768

9. Intangível

	Infraestrutura				Estoques P/ Imobilizações (*)	Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros (*)				
Em 1º de janeiro de 2021								
Custo	206.473	47.656	265.576	3.266	447	24	965	524.407
Amortização acumulada	(165.163)	(45.319)	(256.823)	-	(364)	(8)	(689)	(468.366)
Saldo contábil líquido	41.310	2.337	8.753	3.266	83	16	276	56.041
Em 31 de dezembro de 2021								
Saldo inicial	41.310	2.337	8.753	3.266	83	16	276	56.041
Aquisições	-	-	-	23.268	362	-	53	23.683
Transferências	21.785	1.451	2.461	(24.550)	(545)	-	-	602
Baixas	-	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Amortização	(25.871)	(1.703)	(5.629)	-	(94)	-	(145)	(33.442)
Transferências	-	(684)	-	-	308	-	-	(376)
Baixas	-	31	-	-	-	-	-	31
Saldo contábil líquido	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	228.258	49.076	268.037	1.984	264	24	1.018	548.661
Amortização acumulada	(191.034)	(47.675)	(262.452)	-	(150)	(8)	(834)	(502.153)
Saldo contábil líquido	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Em 1º de janeiro de 2022								
Saldo inicial	37.224	1.401	5.585	1.984	114	16	184	46.508
Aquisições	-	-	-	4.700	84	-	-	4.784
Transferências	-	160	-	-	(160)	-	-	-
Baixas	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Amortização	(13.148)	(469)	(1.453)	-	(53)	-	(34)	(15.157)
Transferências	-	(83)	-	-	83	-	-	-
Baixas	-	1	-	-	-	-	-	1
Saldo contábil líquido	24.076	1.008	4.132	6.684	68	16	150	36.134
Em 31 de março de 2022								
Custo	228.258	49.234	268.037	6.684	188	24	1.018	553.443
Amortização acumulada	(204.182)	(48.226)	(263.905)	-	(120)	(8)	(868)	(517.309)
Saldo contábil líquido	24.076	1.008	4.132	6.684	68	16	150	36.134

(*) O valor de Outros se refere a obras em andamento.

Notas Explicativas

Para os itens do Intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

Não houve capitalização de encargos financeiros que incorrem sobre financiamentos no trimestre findo em 31 de março de 2022.

10. Fornecedores, Arrendamento Mercantil e outras Obrigações

a) Fornecedores

	31.03.2022	31.12.2021
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	1.710	2.473
	1.710	2.473

b) Arrendamento Mercantil

	31.03.2022	31.12.2021
Arrendamento mercantil operacional	1.743	2.384
Arrendamento a apropriar	62	100
	1.805	2.484

c) Outras obrigações

	31.03.2022	31.12.2021
Verba de fiscalização ⁽²⁾	397	397
Receita Diferida ⁽³⁾	534	906
Retenções contratuais ⁽⁴⁾	622	463
Seguros a Pagar ⁽⁵⁾	27	-
Energia ⁽⁶⁾	643	451
Outras	59	9
	2.282	2.226
Dividendos	6	6
Total	2.288	2.232

Notas Explicativas

- (1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.
- (2) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.
- (3) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar em um período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.
- (4) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados, entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.
- (5) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 23).
- (6) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

11. Salários, Provisões e Contribuições

	31.03.2022	31.12.2021
Obrigações Trabalhistas	1.946	1.561
Participação no Resultado	2.092	2.076
Encargos Trabalhistas	669	623
Imposto de Renda Retido na Fonte	76	117
Benefícios	10	10
Outros	263	222
Total Circulante	5.056	4.609

12. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 23). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 1.336 em março de 2022 (R\$ 1.336 em 2021), depositados judicialmente referente aos processos cíveis e trabalhistas, nos valores de R\$ 977 (R\$ 977 em 2021) e R\$ 359 (R\$ 359 em 2021), respectivamente.

Notas ExplicativasComposição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 01.01.2022	Adições	Baixas	Provisões Revertidas	Saldo Final 31.03.2022
Trabalhistas	172	-	(25)	(42)	105
Cíveis	7.000	1.181	(20)	(60)	8.101
Fiscais	456	332	-	-	788
Valor Provisionado	7.628	1.513	(45)	(102)	8.994

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 8.101, dos quais, R\$ 6.371 refere-se à ação ajuizada em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice, emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981 e está registrada no ativo não circulante.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública de nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

Notas Explicativas

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de mais de vinte e cinco anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, cujo valor será apurado em perícia a ser realizada. A maioria das áreas em litígio estão situadas nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de terceiros, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05 de maio de 2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto à ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

A ANTT, embora tenha reconhecido através da Resolução nº 5.417 de 20 de setembro de 2017, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, decidiu recalcular o valor do reequilíbrio, não havendo, até o momento, consenso com a CRT entre o montante, prazo e forma de reequilibrar o contrato de concessão, a despeito das previsões contratuais e legislação em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

Notas Explicativas

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 23.888 em 31 de março de 2022, referente a processos cíveis, fiscais e trabalhistas, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.03.2022	31.12.2021
Trabalhistas	2.764	2.772
Cíveis	20.736	21.704
Fiscais	388	376
	23.888	24.852

13. Provisão para Manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são:

	Saldo Inicial 01.01.2022	Realização	Saldo Final 31.03.2022
Provisão para manutenção	294	(109)	185
Provisão de Curto Prazo	294	(109)	185

14. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001, com as seguintes características resumidas:

Notas Explicativas

- | | |
|--------------------------------|---|
| 1) Forma e espécie: | Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia. |
| 2) Quantidade de títulos: | 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão. |
| 3) Valor da emissão (em R\$): | (Cláusula 2.7): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão, sendo que, após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor total passou a R\$ 37.287. |
| 4) Data de emissão: | (Cláusula 2.6): Para todos os efeitos da presente Escritura, inclusive participação nos lucros, a data de emissão das Debêntures será aquela do primeiro dia útil após a data de publicação de 2º anúncio de início de distribuição das Debêntures (“Data de Emissão”). |
| 5) Valor nominal (em R\$): | (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o valor nominal total passou a R\$ 7.668. |
| 6) Prêmio de emissão (em R\$): | (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2.165,13 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014, sendo que após o cancelamento de 9.420 Debêntures o prêmio de emissão total passou a R\$ 29.619. |
| 7) Vencimento final: | (Cláusula 2.18): <u>Vencimento</u> : Conforme facultado pelo art. 55, § 4º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21. |

Notas Explicativas

8) Vencimento Antecipado:

(Cláusulas 2.19 & 2.20):

2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, observado o disposto nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário no caso previsto na Cláusula 2.19.1 abaixo e no caso de o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.19.1 Observado o disposto na Cláusula 2.19 acima e nas Cláusulas IV.4 e IV.5 da presente Escritura, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 por período superior a 3 (três) exercícios sociais consecutivos não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que: (i) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente do descumprimento de quaisquer obrigações da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em relação ao Contrato de Concessão; (ii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de quaisquer pleitos judiciais ou administrativos da Emissora para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iii) por indisponibilidade financeira da Emissora decorrente de demandas judiciais cujo objeto seja o recebimento de quaisquer créditos de titularidade da Emissora.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, sendo certo que, conforme previsto na Cláusula 2.11.4 abaixo, a conversão ocorrerá de forma automática e obrigatória com relação à totalidade das Debêntures em circulação no Deadline (conforme definido abaixo) (“Conversão Automática”), observando o disposto nos demais subitens da Cláusula 2.11 desta Escritura

Notas Explicativas

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá obrigatoriamente ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da distribuição, pela Emissora aos Debenturistas, do resultado líquido dos créditos recebidos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em razão do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995, incluindo eventuais aditivos celebrados (respectivamente, “Deadline” e “Contrato de Concessão”), observado o disposto nos subitens deste item 2.11.4 e, ainda, o disposto no item 2.14 quanto à forma de remuneração.

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

10) Destinação dos Recursos:

(Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

Notas Explicativas

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração:

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

- c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

Notas Explicativas

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Face as aprovações do oitavo e nono aditivo da escritura de emissão das debêntures em 18 março de 2021, que alterou o prazo de conversão (nota explicativa 1) e também devido à atual inaplicabilidade e inefetividade da cláusula de vencimento antecipado, a Companhia reverteu o valor de atualização das debêntures, restando como passivo, o valor nominal e as obrigações de remuneração das debêntures que não se alteraram.

Notas Explicativas

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39. (AG30 & AG31), por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. Entretanto, as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores, no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (Não houve ajuste a valor presente em 31 de março de 2022 e R\$ 7.668 em 31 de dezembro de 2021), corresponde ao compromisso da Companhia com obrigação de remuneração com os debenturistas.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado.

O quadro abaixo demonstram as movimentações das debêntures:

Remuneração de debêntures

	Saldo Inicial 01.01.2022	Adições	Baixas	Saldo Final 31.03.2022
Debêntures remuneração	6.414	13.394	(4.536)	15.272
Total de debêntures a pagar	14.082	13.394	(4.536)	22.940

Notas Explicativas

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 99.400, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 12 de março de 2021, foi deliberada a manutenção do capital social da Companhia em R\$ 99.400, não havendo alteração percentual na composição acionária.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	31.03.2022						31.12.2021	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A. - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
Serra Concessões S/A.	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A.	10.264	21,04	8.201	21,76	18.465	21,35	18.465	21,35
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 01.01.2022	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 31.03.2022
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	6.605	(6.605)	-
Total de dividendos	6	6.605	(6.605)	6

b) Reservas

b.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

A reserva de ágio foi extinta em 31/03/2022.

b.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

b.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

b.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Anteriormente constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito.

A reserva de restituição de capital foi extinta 31/03/2022.

b.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Anteriormente constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

A reserva para investimentos foi extinta em 31/03/2022.

b.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

Notas Explicativas

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	31.03.2022	31.12.2021
Reserva de ágio	-	3.596
Reserva legal	5.449	5.449
Reserva de restituição de capital	-	6.219
Reserva para investimentos	-	6.068
Reserva de retenção de lucros	45.309	25.412
Total das reservas	50.758	46.744

No 1º trimestre de 2022 foi realizada a extinção da Reserva de Ágio, da Reserva de Restituição de Capital e da Reserva para Investimentos conforme anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, através do Ofício SEI Nº 313/2022/GEGEF/SUOD/DIR-ANTT, com lastro no inciso I do art. 2º da Resolução ANTT nº 5.927, de 02 de março de 2021. Consequentemente, foram excluídos os Artigos 46 e 47 do Estatuto Social da Companhia.

Os valores extintos foram distribuídos aos acionistas e debenturistas, em conformidade com a aprovação na Assembleia Geral Extraordinária em 25/03/2022.

16. Receitas

	31.03.2022	31.03.2021
Receita de pedágio	62.817	61.410
Receita extraordinária	421	334
Receita de construção *	4.700	10.350
Tributos incidentes sobre as receitas	(5.400)	(5.277)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	(815)	(739)
Receita líquida	61.723	66.078

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Construção. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Em 18 de março de 2021 entraram em vigor os novos valores referentes às tarifas básicas de pedágio, passando a ser R\$ 18,80 na praça principal e R\$ 13,10 nas praças auxiliares, conforme Deliberação nº 91 de 16 de março de 2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Notas Explicativas**17. Custo**

	31.03.2022	31.03.2021
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	667	972
Prestadores de serviço	3.296	3.198
Material, equipamento e veículos*	714	282
Gastos gerais*	2.876	964
Depreciação e amortização	15.121	7.675
	<u>22.674</u>	<u>13.091</u>
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.127	1.864
Prestadores de serviço	2.394	2.433
Material, equipamento e veículos	693	434
Gastos gerais	396	299
Custos contratuais de concessão	1.786	1.697
	<u>7.396</u>	<u>6.727</u>
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	266	233
Material, equipamento e veículos	4	35
	<u>270</u>	<u>268</u>
Custo de projetos especiais		
Custo apropriação	-	525
	<u>-</u>	<u>525</u>
Total de custos associados a receita de pedágio	<u>30.340</u>	<u>20.611</u>
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	4.700	10.350
Total	<u>35.040</u>	<u>30.961</u>

* O aumento na rubrica Material, equipamento e veículos no período, refere-se a material para manutenção de barreiras ao longo da rodovia. E em Gastos gerais, refere-se aos sinistros ocorridos ao longo da rodovia.

Notas Explicativas**18. Despesas Gerais e Administrativas**

	31.03.2022	31.03.2021
Salários, encargos e benefícios*	2.420	1.950
Serviços de terceiros	1.084	1.108
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	321	278
Despesas gerais*	2.789	511
Despesas de remuneração de dirigentes	513	390
Total	7.127	4.237

*O aumento na rubrica de Salários, encargos e benefícios no período, refere-se ao reajuste salarial. E o aumento em Despesas gerais, deve-se ao maior provisionamento em contingências.

19. Receitas e Despesas Financeiras

	31.03.2022	31.03.2021
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	2.818	504
Juros ativos	3	-
Variação monetária ativa	-	5
Descontos obtidos	2	-
	2.823	509
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	-	(6)
Despesas bancárias	(202)	(152)
Despesa Financeira - Debêntures	-	10.823
Despesa Financeira - Arrendamento	-	(182)
	(202)	10.483
Remuneração de Debenturistas	(13.394)	(12.416)
Total	(10.773)	(1.424)

Notas Explicativas

20. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados - PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes.

Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 31 de março de 2022, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 533 (R\$ 1.028 em 2021).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2021, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 4.300.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas), a composição é a seguinte:

	31.03.2022			31.03.2021		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	373	140	513	359	30	389
Bônus variáveis (i)	213	-	213	483	-	483
Outros	85	-	85	-	-	-
Total	671	140	811	842	30	872

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

21. Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade dos Ativos e Passivos Financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2022 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Notas Explicativas

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	120.839	120.839	120.839
Taxa anual estimada do CDI	6,45%	4,84%	3,23%
Efeito anual no caixa líquido	7.794	5.849	3.903

(c) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(d) Derivativos

No trimestre encerrado em 31 de março de 2022, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, podem ser assim sumariados:

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Debêntures (Nota 14)	22.940	14.082
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	<u>(123.779)</u>	<u>(110.042)</u>
Dívida líquida	(100.839)	(95.960)
Total do patrimônio líquido	<u>150.158</u>	<u>146.144</u>
Total do capital	<u>49.319</u>	<u>50.184</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>(2,04)</u>	<u>(1,91)</u>

Em 22 de julho de 2021, a classificadora de riscos Fitch Ratings afirmou, nesta data, o Rating Nacional de Longo Prazo “AAA (bra) da Concessionária Rio-Teresópolis S.A (CRT), com perspectiva estável.

22. Resultado por Ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e de 2021.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Notas Explicativas

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31.03.2022			31.03.2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	5.742	4.877	10.619	10.947	9.300	20.247
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	117,70	129,43	122,81	224,38	246,82	234,16

(*) Para o lucro diluído em 31 de março de 2022 e 2021, vide quadro abaixo:

	31.03.2022			31.03.2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	3.402	7.217	10.619	6.487	13.760	20.247
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	1.465	3.107	4.572	2.625	5.569	8.194
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	4.868	10.324	15.192	9.111	19.330	28.441
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	99,77	109,74	106,34	186,75	205,47	199,08

⁽¹⁾ A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debentures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

⁽²⁾ Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% no período de três meses findo em 31 de março de 2022 e 100% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 14.

Notas Explicativas

23. Coberturas de Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de março de 2022:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	12.03.21 a 10.09.22	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Riscos Operacionais	55.000	11.01.21 a 14.07.22	Generali Brasil Seguros S.A
Garantia	32.548	21.03.21 a 21.09.22	Pottencial Seguradora S.A
Administradores e Diretores	25.000	21.03.21 a 14.07.22	Starr International Brasil Seguradora S/A
Automóveis	4.546	30.01.22 a 30.01.23	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoroamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

24. Eventos Extraordinários

Continuam em curso, na esfera administrativa, as tratativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da CRT, face a perda de receita pela retirada das praças de pedágio de PN2 & PN3.

Na esfera judicial, a ação de obrigação de fazer foi favorável à CRT em 1ª instância em outubro/2018.

Face ao atraso no processo de licitação, a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT determinou a prorrogação do prazo de concessão, conforme o previsto no Termo Aditivo nº 5, que estende o prazo do Contrato de Concessão nº PG-156/95-00 pelo período de 18 meses abril/2021 a setembro/2022), o que viabilizou o reconhecimento parcial da diferença do tráfego a ser reequilibrada no montante de R\$ 8.734 em março/2022.

A ANTT, através da Deliberação Nº158, de 20 de abril de 2022 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de abril de 2022, aprovou o reajuste anual da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 18,80 para R\$ 21,70, que passará a vigorar a partir do dia 01 de maio de 2022.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis recebeu a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase do projeto, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro de 2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto de 2012 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra. Essa nova configuração permitiu que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam é significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que previu as intervenções em etapas, dividindo o trecho em segmentos.

Este planejamento aumentou o prazo de conclusão da obra, mas atenuou o desconforto de quem usa a rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não foi alterado.

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções ocorreu em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente na execução da obra

- Não houve canteiro de obras na Serra. Foi utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra foram segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Foi contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizou, entre outros, um técnico ambiental de campo que atuou de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que foram implementadas. Essa equipe assegurou a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Foram implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que pudessem ser liberados durante a obra.
- Os equipamentos foram dotados de caixas de contenção para evitar derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios foram devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material fosse carregado para dentro dos mesmos, tendo sido realizado o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, tiveram lonas de cobertura, evitando emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

b) Demais projetos

Dentre as obras e serviços concluídos e em andamento no ano, destacamos:

Principais serviços de conserva e manutenção

- Manutenção do setor viário: Serviços de roçada, capina e poda / Manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Manutenção de encostas / Implantação e manutenção cercas / Encosta Km 63,1 P1 / Encosta Km 116,15 P1 / Encosta Km 117,10 P2 / Encosta Km 83,95 P1 / Encosta Km 79,1 P1 P1 /km 84,7/ km 93,9 P2 / km 39,1 P1 e km 84,3 (em projeto).
- Manutenção do setor elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOPs / BCMs / Iluminação Pública Canteiro Central
- Manutenção do setor predial Manutenção salas Administração Sede / Pintura externa Prédio Engenharia e Sede / Construção de novo local para abrigo dos botijões de GLP da cozinha
- Manutenção do setor de máquinas e equipamentos: PN / PAs / Sede / BOPs / BCMs / Brasilinha
- Substituição ou recuperação e pintura de guarda-corpos de pontes e passarelas: Obras emergenciais ao longo da Rodovia / Passarela Km 107,6 Jd. Gleba Azul / Km 106,6 Parada Modelo
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 5.549 metros
- Manutenção de OAEs: obras em atendimento ao relatório de monitoração para manutenção da nota 4 de acordo com determinado pela ANTT , totalizando serviços de conservação em 31 obras de arte especiais.
- Fresagem e Reciclagem: Trechos alternados ao longo da rodovia, totalizando a aplicação de 3500 toneladas de massa asfáltica entre janeiro e março.
- Manutenção da Sinalização Horizontal: 4.718 tachas e 8.557,97 m² de pintura de faixas.
- Manutenção da Sinalização Vertical: 3.957 placas, 790 delineadores e 576 Sirex.
- Barreira de Proteção: (implantação e manutenção) : 9.112 metros de defensas metálicas.

Manutenção do Sistema de Monitoração

- Encostas – 24%
- OAE – 24%
- Sistemas Elétricos e de Iluminação – 24%
- Sinalização Horizontal – 24%
- Sinalização Vertical – 24%
- Pavimento Rígido – 24%
- Edificações – 24%
- Pavimento Flexível – 24%
- Drenagem – 24%
- Elementos de Proteção e Segurança – 24%
- Faixa de Domínio – 24%
- Sistemas Operacionais e Níveis de Serviço – 24%
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

O contrato de concessão encontra-se desequilibrado pela não recomposição na tarifa do efeito da retirada das praças de pedágio PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, desde 2013.

A Companhia protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT.

A ANTT, através da Resolução 5.417/17 de 20/09/2017 publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/09/2017, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária e aprovou a 7ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP), autorizando o reajuste da TBP de R\$ 17,10 para R\$ 18,10, que passou a vigorar a partir do dia 25/09/2017.

O juízo da ação do reequilíbrio do contrato de concessão (8ª Vara de Brasília) julgou procedente em 22/09/2018, e publicou a decisão em 08/10/2018, o pleito de pagamento de aporte pela UNIÃO, como forma de reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, que se encontra desequilibrado pela suspensão definitiva das receitas de pedágio das praças de PN2 e PN3 pela ANTT em 2013. Esta decisão judicial, promulgada em 1ª instância, terá seus desdobramentos acompanhados pela CRT, que adotará os procedimentos processuais cabíveis até seu trânsito em julgado.

O quinto aditivo ao contrato de concessão, que estende o prazo original do Contrato de Concessão da CRT, que se encerraria em 21/03/2021, por 18 meses, até 21/09/2022, abordou o atual desequilíbrio do contrato de concessão da CRT, e que este continuará a ser discutido com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no curso deste aditivo.

A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 26 anos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rio Teresópolis S.A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 24, apesar do prazo do contrato de concessão estar previsto, originalmente, para se encerrar em março de 2021, devido ao atraso no processo de licitação, a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, determinou a prorrogação do prazo de concessão, conforme o previsto no Termo Aditivo nº 5, que estende o prazo do Contrato de Concessão nº PG-156/95-00 pelo período de 18 meses, iniciando em abril de 2021 até setembro de 2022. Até o presente momento, não existe definição quanto a novos prazos de extensão ou ingresso de um novo vencedor na ocasião de nova licitação. As demonstrações contábeis não contemplam ajustes ou reclassificações decorrentes desta incerteza. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Ênfase

Desequilíbrio econômico - contrato de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº1, a Companhia é possuidora de serviço de exploração e prestação de serviço da Rodovia BR-116/RJ, tendo concessão prevista para o período de 25 (vinte e cinco) anos, com término contratual em 22 de março de 2021. Em 18 de março de 2021, a Companhia assinou junto ao poder concedente, o quinto termo aditivo que contemplou a extensão da concessão da Rodovia, por um período de 18 meses, com término em 21 de setembro de 2022, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

Outros assuntos

Auditoria do trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditados, com emissão de relatório datado em 13 de maio de 2021 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e trimestre findo em 31 de março de 2021, emitimos parágrafo de incerteza

relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia, além de ênfase no tocante ao desequilíbrio econômico do contrato de concessão.

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Marcio Alves Gonçalves Marçal
Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Concessionária relativas ao período findo em 31 de março de 2022.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da BKR Lopes, Machado Auditores, relativamente às informações trimestrais da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2022.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores